

FRUTICULTURA TROPICAL FAMILIAR E GLOBALIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL?¹

Maria das Graças Carneiro de Sena²;

Carlos Estevão Leite Cardoso³

RESUMO

Dificuldades econômicas e defasagens tecnológicas têm inviabilizado um projeto emancipador para os agricultores familiares, particularmente na região Nordeste. Para superação desse quadro, os agricultores organizados, têm buscado parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, sendo uma dessas experiências objeto da presente análise. Para um conhecimento aprofundado da realidade, subjacente à intervenção técnica propriamente dita, foi utilizado um autodiagnóstico comunitário, com ênfase nas reuniões e técnicas alternativas, a exemplo da construção de mapas e de quadro de atividades, os quais também permitiu o resgate da história do grupo, fundamental para a compreensão dos processos sociais vigentes. Apesar de a intervenção técnica ainda não estar concluída, resultados preliminares indicam que apenas parâmetros técnicos não são indicadores de desenvolvimento, tampouco são suficientes para promover a inclusão social e econômica dos excluídos. Na condução da análise, a emancipação dos sujeitos é pensada no contexto das globalizações, como “feixes de relações” sociais. Desse modo, observa-se que os agricultores, ao contribuir para a cultura globalizada, onde a preocupação com a saúde se configura pelo consumo de alimentos naturais, livres de agrotóxicos e obtidos em condições preservadoras do ambiente, não obtêm um retorno equivalente e sobrevivem sob condições extremamente precárias, sobretudo, com relação à saúde.

Palavras-chave: agricultura familiar, Nordeste do Brasil, agricultura sustentável.

FAMILY FARM BASED ON TROPICAL FRUIT PRODUCTION AND GLOBALIZATION CAN IT BE A SUSTAINABLE RELATIONSHIP?

ABSTRACT

Economic difficulties and lack of technological actualization have affected the viability of an innovative project for small farmers, particularly in the Northeast of Brazil. To solve this constraint,

¹ Trabalho apresentado no “Seminário de comparação internacional: globalização, trabalho e meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. UFPE - Recife, PE. 27 a 29 de outubro de 1997.

² Técnica especializada

³ Pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura

farmers have organized themselves, to seek out for partnership with governmental and non-governmental institutions. The objective of this work is to analyze this new experience of the farmers. To know deeply the small farmers' reality, an auto-diagnostic of them was carried out in the communities, before the technical intervention. The diagnostic was carried out by meetings and alternative techniques such as construction of maps and lists of activities, which were helpful to recovery the history of the communities and to understand the current social processes. Although the technical intervention was not completed yet, preliminary results show that only technical parameters are not indicators of development as well as are not enough to promote a social and economic inclusion of the excluded people. During this investigation, the people emancipation is considered in the global context as a network of social relationship. In a globalized action, health concerns are related to the consumption of free of pesticides obtained without disturbing the environment. In this way, the farmers that contribute to a globalized approach do not receive an equivalent return and survive under precarious condition, mainly, in relation to their health.

Key words: family farm, Northeast Brazil, sustainable agriculture.

INTRODUÇÃO

As unidades de produção familiar brasileiras têm sido marcadas historicamente por dificuldades econômicas e defasagens tecnológicas significativas, salvo raríssimas exceções. Isso é mais evidente na região Nordeste onde, na maioria das vezes, não tem havido a devida atenção do Estado para esse tipo de produção, resultando na falta de opções econômica e socialmente viáveis capazes de sustar o esvaziamento do campo, muito menos de viabilizar um projeto de emancipação para esse segmento produtivo.

Essa situação, analisada à luz das transformações sociais, de crise paradigmática e de esgotamento do modelo que serviu de sustentáculo para a modernidade significa muito mais que desatenção, aparecendo como desdobramento desse próprio modelo de perfil neoliberal.

Ações divergentes desse modelo, por seu caráter isolado e até mesmo marginal, já se fazem notar. No entanto, paira ainda a indagação sobre se elas são mesmo divergentes e têm como horizonte a emancipação ou se, na verdade, não passam do velho projeto desenvolvimentista disfarçado sob novas roupagens. Um exemplo dessas ações é o Programa de Agricultura Familiar da Embrapa, no qual se insere o projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “Sistemas Sustentáveis de Fruticultura Tropical em Unidades Familiares”, implementado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical. Esse

projeto foi elaborado tendo como base um enfoque de pesquisa que buscasse, juntamente com os agricultores, um desenvolvimento alternativo àquele estimulado e implantado no país, no auge da modernização do setor agropecuário, num processo que ficou conhecido como *modernização conservadora*, dado o seu caráter desigual e excludente entre regiões e produtos, portanto, mantenedor das desigualdades econômicas e sociais.

Nessa perspectiva, o citado projeto estabeleceu como principal objetivo contribuir para minimizar essa situação de distribuição não equitativa de bens, benefícios sociais e, até mesmo do saber, de modo que as suas ações desenvolvidas privilegiavam a incorporação efetiva dos grupos relegados dos diversos níveis de decisão social, mediante práticas participativas, enfatizando a ação com organizações existentes ou grupos com potencial organizativo fundado na solidariedade.

A prática conjunta da equipe interdisciplinar visou, primeiramente, ao fortalecimento dos sistemas produtivos locais, mediante a proposição de ações integradas de produção, pós-colheita, processamento e comercialização de frutas tropicais, mediadas pela identificação e estabelecimento de formas organizacionais adequadas ao modelo familiar de produção, de modo a viabilizar o seu desenvolvimento. A esse objetivo técnico, contudo, seguem-se outros imbuídos de uma perspectiva política, embora incipiente, que esboçam a possibilidade de trazer ao foco das discussões algo além de metas produtivistas, de incremento de produção física e, tratando-se de sujeitos das classes desprivilegiadas, estratégias capazes de reverter a situação subalterna em que se encontram, contrapondo-se às políticas vigentes de convivência com a pobreza e a miséria, em vez de sua superação.

O conteúdo dos objetivos, quanto ao seu alcance, certamente será submetido a julgamento crítico mas, conquanto ainda esteja numa fase inicial, o projeto deverá ser avaliado pelas suas realizações preliminares.

Integram o referido projeto grupos de agricultores dos municípios de Taperoá, Barro Alto, Itanhém, Inhambupe e Jaguarari, dentre os quais será analisada, no presente texto, a situação dos agricultores da ONG Projeto Onça, de Taperoá, devido não só à sua peculiaridade perante os demais, mas por já possuírem experiência com mercado externo e também pelo fato das ações com esse grupo estarem mais avançadas do que com os demais, o que de certa forma coloca mais informações para o desenvolvimento da análise.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: UM INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO E RESGATE DA HISTÓRIA DO GRUPO

Abordagem metodológica

A partir de um autodiagnóstico comunitário exercitado na localidade, foram identificados os problemas prioritários, que se caracterizaram como de ordem técnica, estrutural e política. Esse enquadramento reveste-se, porém, de um caráter meramente formal visto que nenhum problema pode ser considerado por sua pertinência a uma área exclusiva mas sim pela relação entre elas.

A adoção de práticas participativas, onde se destacam as reuniões, segundo a perspectiva do projeto, tem como horizonte prioritário a produção de conhecimentos sobre a problemática dos grupos envolvidos, concomitantemente à percepção coletiva que tais grupos possuem dessa sua própria problemática, consistindo, portanto, na identificação da realidade concreta.

Para um aprofundamento do diagnóstico, o grupo foi estimulado a elaborar mapas da comunidade e das unidades produtivas individuais, contendo os aspectos que considerassem relevantes, no que diz respeito a cultivos e topografia, dentre outros. Uma outra ferramenta utilizada foi a construção de quadros de atividades a partir das respostas às questões: O que se faz? Quem faz? Quando faz?

Esses quadros, além de permitir a visualização dos sistemas produtivos, informam sobre a organização da produção e fornecem indícios sobre as relações sociais.

Uma breve história e os resultados do diagnóstico

O Projeto Onça (Organização Núcleo de Comunidades Agrícolas no Trópico Úmido)⁴ tem a sua estrutura operacional fundada na Associação dos Moradores dos Vilarejos de Santo Antônio, Marimbu e Rio Negro e na Cooperativa Agrícola Mista do Projeto Onça Ltda., as quais agrupam cerca de 150 famílias de agricultores das mencionadas localidades, situadas no município de Taperoá (BA), Microrregião Homogênea do Baixo Sul, ecossistema Mata Atlântica. O Projeto Onça foi concebido como uma organização não-governamental gerida pelos próprios

⁴ Denominação oficial da ONG, apesar de sua localização geográfica ser outra.

agricultores mas com assessoria exógena ao grupo na figura de um engenheiro agrônomo que atua, de fato, como o mentor intelectual da referida organização.

Com ênfase na conscientização ecológica, mediante o fortalecimento da agricultura orgânica, foi possível ao Projeto Onça fazer parte da Federação Internacional de Agricultura Orgânica (Ifoam) e do Instituto Biodinâmico de Botucatu/SP, além de exportar os seus produtos para a Alemanha obtendo naquele país o certificado de 100% de pureza.

Uma das peculiaridades do grupo diz respeito ao seu envolvimento com o projeto em apreço, visto que, contrariando o procedimento recorrente nas empresas estatais onde as equipes de projetos procuram os seus objetos, no caso do Projeto Onça foram os agricultores que procuraram a equipe. O grupo já havia identificado como um dos seus problemas a dependência do cultivo do guaraná, mediante um levantamento realizado pelos membros da ONG, que mostrava uma média de, aproximadamente, 60% da renda sendo oriunda da venda desse produto. A partir dessa constatação, o grupo visualizou como solução a diversificação de cultivos, buscando entre aqueles julgados competentes, o apoio para viabilizar tal empreendimento.

Outros problemas apresentados pelo grupo, envolvendo também a esfera social, foram o acelerado crescimento populacional (42%)⁵, altos índices de analfabetismo (80%), evidências de desnutrição humana, reduzidas opções de trabalho, falta de mão-de-obra especializada, mercado local com baixa capacidade de absorção da produção, falta de acesso ao potencial energético da região (energia solar, eólica e hidráulica), dentre outros (Projeto Onça, 1996).

Enfim, para o problema da dependência o grupo possuía uma perspectiva de solução que era a diversificação via fruticultura tropical, mas não podia viabilizar esse projeto sem o respaldo de peritos, daí terem procurado a Embrapa, através da sua unidade de pesquisa de fruticultura tropical, localizada em Cruz das Almas, Bahia.

A demanda do grupo foi perfeitamente absorvida por um projeto da Embrapa com essa finalidade, de modo que, a partir de então, as ações viabilizadas foram no sentido de conhecer a realidade concreta⁶ do grupo e desenvolver, conjuntamente, uma estratégia adequada a suas peculiaridades.

⁵ Informação fornecida pelo Projeto Onça, refere-se à projeção de crescimento absoluto em dez anos (1990-2000).

⁶ Realidade concreta = conceito concebido por Paulo Freire, definido como a interação entre a visão subjetiva dos grupos estudados sobre sua própria realidade e a visão objetiva do pesquisador.

De acordo com a perspectiva do projeto, os problemas passíveis de solução técnica seriam os primeiros a serem abordados, de sorte que evidências de erosão nas áreas cultivadas, produção agrícola não-sustentável e atividade agrícola com baixa capacidade para produção de alimentos ocuparam o foco inicial.

Do exercício de construção dos mapas resultou a identificação de dois sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores, os quais foram por eles mesmos caracterizados como agricultura velha e agricultura nova.

A agricultura velha, o sistema antigo adotado pelos agricultores, consistia nas seguintes etapas: a) derrubada da mata; b) queimada; c) plantio de mandioca (duas safras); d) descanso; e e) plantio de guaraná, piaçava e cravo, praticamente sem tratos culturais. Esse ciclo se repetia intensivamente causando grandes desmatamentos (agricultura extensiva).

A nova modalidade de agricultura, chamada de agricultura nova, compreende uma forma de exploração mais intensiva, sem promover desmatamentos (embora ainda queimem), reduzido plantio de mandioca e maior trato aos cultivos de cravo, guaraná e pimenta-do-reino com utilização de adubos orgânicos e também de novas variedades. A mandioca ainda permanece nos sistemas com a finalidade precípua de autoconsumo e alimentação dos animais e, eventualmente, venda no mercado.

Vale destacar que o grupo já havia sistematizado (com sua assessoria local) algumas informações sobre a sua realidade e também elaborado uma proposta de desenvolvimento rural/agrícola na Mata Atlântica com base em sistemas de manejo agroflorestais sustentáveis. Nessa proposta foi possível identificar alguns fatores limitantes ao desenvolvimento rural da área a ser trabalhada e algumas indicações para solucioná-los. Os dados secundários apresentados assim como os mapas do município incorporados à proposta do Projeto Onça foram utilizados para definir as ações.

O aprofundamento do diagnóstico confirmou a existência de elevada dependência em relação ao cultivo do guaraná, o que já havia sido identificado pelo grupo, tendo uma variação de 21 a 86,5%. Um outro aspecto dessa dependência é que ela se dá também com relação ao mercado, visto que o principal destino da produção é a exportação para a Alemanha.

As ações técnicas imediatas formuladas para minimizar os problemas identificados visaram primeiramente à estrutura, consistindo, portanto, da

proposição de atividades para controle da erosão, incremento da fertilidade do solo por meio da adubação orgânica, manejo florestal, plantio de leguminosas e inoculação de micorrizas para, a partir daí, implementar a diversificação das atividades agrícolas, com ênfase na fruticultura.

No que diz respeito às ações tecnológicas, foi definido um plano estratégico envolvendo as unidades produtivas individuais e a instalação de uma unidade piloto⁷, de caráter pedagógico. Nas unidades individuais, por definição dos próprios agricultores, foi planejado o plantio de banana-da-terra e na unidade piloto as culturas instaladas obedecerão ao seguinte esquema de implementação, com base no consenso entre técnicos e agricultores: 1) uma quadra para produção de mudas de banana-da-terra (instalada no ano de 1997); 2) uma quadra com materiais promissores de banana, oriundos do programa de melhoramento da Embrapa Mandioca e Fruticultura, a serem avaliados pelos agricultores; 3) uma unidade de demonstração de banana-da-terra com o manejo recomendado pela equipe interdisciplinar (agricultores e pesquisadores); 4) uma quadra com materiais promissores de abacaxi (sem espinho) oriundos do programa de melhoramento da Embrapa Mandioca e Fruticultura; e 5) um viveiro para produção de mudas de maracujá e mamão.

Subjaz às práticas puramente tecnológicas, o conhecimento da realidade concreta desses agricultores e das condições objetivas para sua inserção no mercado de frutas tropicais frescas e processadas, além de estimular a alocação de práticas participativas envolvendo toda a equipe interdisciplinar do projeto, da qual os próprios agricultores são parte fundamental.

COMO OS AGRICULTORES SE VÊM

A visão subjetiva dos agricultores do Projeto Onça sobre sua realidade, detectada no diagnóstico elaborado pela assessoria da ONG, revela um viés econômico mediante o qual a precariedade em que se encontram é explicada numa abordagem produtivista e de mercado sob a qual os demais fatores são subsumidos, como mostra o trecho abaixo transcrito do documento em apreço.

⁷ Unidade de caráter pedagógico e experimental localizada em área comunitária – pertencente à Associação -, conduzida pelos próprios agricultores, seguindo uma escala de trabalho por eles estabelecida.

“um dos entraves para estimular a produção agrícola em geral e de alimentos em específico, é a falta de mercados que poderia absorver uma produção excedente de alimentos, e o declínio dos preços no mercado nacional e internacional. Praticamente, toda a produção de “cash crops” é de cultivos perenes tais como cravo da Índia, pimenta do reino, cacau, piaçava, dendê e guaraná. Exceto o guaraná, todos os outros cultivos estão com os seus preços em baixa e com poucas perspectivas de recuperação, sobretudo o cravo da Índia, que predomina nas áreas dos pequenos produtores, lamentavelmente, o preço sofreu a maior queda nos últimos anos, passando de 17.00/kg para US\$ 0.50/kg.” (Projeto Onça, 1996).

O aprofundamento desse diagnóstico através do autodiagnóstico comunitário além de confirmar a existência de uma elevada dependência do cultivo do guaraná e uma preocupação constante com o mercado, apontou também para preocupações de outra ordem, cuja dependência do mercado não é tão inexorável. As diversas manifestações dos agricultores dão conta de algumas tendências claras, tais como: a) trabalhar com culturas alternativas às tradicionais como o guaraná e o cravo, que sejam uma atividade mais rentável e de mais fácil manejo; b) conquistar novos mercados; e c) melhorar a dieta alimentar da família.

Os agricultores engajados no projeto pretendem trabalhar com fruteiras tropicais a exemplo de banana, abacaxi, mamão e maracujá, exceto alguns que disseram não se interessar por maracujá e abacaxi, por temerem repetir uma frustração experimentada anteriormente com o cultivo, em razão da sua inexperience com o mercado. Todavia, com a perspectiva de trabalhar em grupo, os receios são atenuados, conforme pode-se constatar no depoimento a seguir.

“Na fazenda já teve abacaxi e não viu resultado. Talvez porque a gente não tava preparado.(...) A cooperativa é o centro de partida que a gente tem. A gente tem mais garantia de enfrentar o comércio com um grupo (...) Os compradores vem comprar na roça e dá o preço que quer, mas através do grupo a gente pode mudar.”

Os sistemas produtivos predominantes, identificados através do autodiagnóstico, dentro da divisão macro (agricultura velha e agricultura nova), assim como as áreas não cultivadas, compõem-se de consórcios cravo + guaraná, banana-da-terra + guaraná, feijão e cacau solteiros, além de mata e “capoeira rala”⁸.

⁸ Denominam-se “capoeira rala” áreas em descanso, o que pode durar de 3 a 20 anos, dependendo do tamanho da unidade produtiva e da disponibilidade de área cultivável.

A prática da capoeira rala, embora não seja tão recente, tornou-se intensiva após a criação do Projeto Onça, conforme relatam os depoimentos abaixo.

“Nossos pais só trabalhava desmatando e plantando mandioca... Hoje a gente vem preservando a natureza.” Afirmam ainda que o número de pessoas que cultivam mandioca vem decrescendo a cada dia.

Num outro depoimento, um agricultor afirma que “depois do Projeto Onça é que iniciou o processo de preservação da mata. Com os velho não se conseguiu muita coisa.” Embora no passado adubassem quimicamente, mudaram após a implantação do Projeto Onça. “Nós abandonamo o adubo A e B. Nós esquecemo dele por causa da filosofia do projeto e voltou a usar adubo orgânico.”

Ainda a respeito dos procedimentos orgânicos, informaram já possuir um conhecimento sobre a prática da compostagem, apesar de a maioria adubar diferente, de acordo com a experiência e os recursos disponíveis nas suas unidades produtivas, de modo a existirem várias combinações, dentre as quais se destacam esterco de gado com casca de mandioca; casca de mandioca com bucha de dendê e cinza etc. Há ainda os agricultores que também utilizam calcário, torta de mamona, farinha de osso e rocha fosfatada de Araxá.

A nova modalidade de agricultura, a chamada de **agricultura nova**, atualmente, é praticada em quase 90% de toda a área cultivada⁹. No entanto, conforme evidenciado pelo autodiagnóstico, persistem algumas dificuldades para melhorar o sistema:

- **comercialização**: preços baixos e atravessador;
- **diversificação**: introdução de outros produtos que possam ocupar os espaços livres na cultura do guaraná;
- **cultivos anuais, com fluxos anuais**, cuja alternativa de superação seria através de cultivos que semestralmente possibilitem a comercialização, com isso permitindo um fluxo de caixa mais estável.

Com base nas escolhas dos produtos a serem trabalhados pelos agricultores e objetivando a uma reflexão sobre o destino a ser dado para a produção,

⁹ De acordo com Projeto Onça (1996), os agricultores detêm a posse legal mas sem título definitivo. Por outro lado, também as medições não são exatas, tampouco são feitos registros da produção e áreas de cultivo.

foram colocadas as seguintes questões básicas: o que produzir, para quem e como produzir.

À primeira questão, responderam pretender plantar mandioca e as espécies frutíferas apresentadas pela equipe (banana, abacaxi, mamão e maracujá) exceto alguns agricultores, pelas razões anteriormente expostas.

Em relação ao item para quem produzir, o grupo está visando aos mercados nacional e internacional, descartando completamente o mercado local, que possui baixa capacidade de absorção.

Do como produzir ficou evidenciada a intenção de privilegiar uma agricultura com baixo uso de agrotóxicos e ampliar o mercado a partir do processamento para ajudar na comercialização dos produtos, visto que o mercado para produtos *in natura* apresenta maior risco devido à alta perecibilidade.

Com relação às condições edáficas, identificou-se que os solos da comunidade em foco possuem uma boa estrutura, mas têm problemas de fertilidade. Tomando-se por base uma avaliação feita nas amostras de solos de todas as unidades de produção individuais, constatou-se que os solos são ácidos e pobres. Além dos problemas da fertilidade, evidenciou-se a necessidade de cuidar da conservação dos solos.

A demanda por um conhecimento mais amplo da comunidade, que transcendesse aos aspectos físicos e agronômicos e informasse sobre as relações sociais, foi atendida satisfatoriamente pela abordagem metodológica, ou seja, foi possível perceber como os agricultores se vêem. E essa visão que os agricultores têm de si mesmos, caracteriza-se pela parcialidade e incompletude. Um exemplo disso pode ser observado quando identificam como seus principais problemas fatores de ordem econômica, tais como produção e comercialização. As questões sociais, que saltam aos olhos do observador exógeno, não obtiveram relevância no autodiagnóstico, tendo surgido de forma subliminar em alguns desenhos e nos quadros de atividades.

Com esse exercício, foi possível identificar as atividades realizadas prioritariamente por homens, mulheres e crianças, tendo-se destacado a presença das mulheres em quase todas elas, exceção feita apenas à colheita da piaçava e do dendê que é realizada majoritariamente por homens.

Esse fato traz à tona uma outra problemática que, embora não vá ser tratada em profundidade no presente texto, não pode deixar de ser mencionada, por ser parte também dos novos processos sociais, que é o trabalho da mulher.

A mulher na agricultura

Sobre essa questão, observa-se que os estudos disponíveis sobre o trabalho na agricultura, em geral, não levam em conta o tempo profissional, ou seja, trabalho de homem + trabalho de mulher.

Essa clivagem de gênero se coaduna com uma das características da teoria neoliberal, dominante nos processos em discussão, destacadamente a modernização conservadora, que é a ocultação do domínio doméstico, relegando-o à esfera da intimidade pessoal, não sendo passível, portanto de politização. Uma das principais, senão a principal consequência desta postura é a naturalização das desigualdades que nele ocorrem, sendo, portanto, irrelevantes ao nível da relação axial Estado-indivíduo (Santos, 1994). Se é irrelevante, explicaria, portanto, o porquê da ausência de políticas públicas voltadas para as agricultoras.

No caso em apreço, observa-se que o trabalho na sua concepção produtiva é realizado por homens, mulheres e crianças (outra categoria que também vem sendo objeto de estudos acadêmicos, além de estar chamando a atenção das organizações defensoras dos direitos humanos). Disso depreende-se, portanto, que apesar de o trabalho das mulheres estar subsumido na instituição família (agricultura familiar), a sua contribuição no processo é relevante e requer seja analisada em profundidade.

Nessa perspectiva, embora não seja do escopo do presente texto, é importante destacar que, apesar da visão recorrente, respaldada nas teorias marxistas, que atribuem uma dicotomia entre trabalho doméstico (reprodutivo) e trabalho produtivo, no contexto da reestruturação produtiva, ocorre uma generalização do trabalho em domicílio (quase sempre feminino) decorrente da fragmentação dos processos produtivos que levam a uma quase indiferenciação entre produção e reprodução.

No mundo rural, essa indiferenciação quase sempre ocorre, mas os analistas do setor rural, geralmente, a ignoram e insistem em considerar como produtivo apenas o trabalho que gera renda. Um exemplo pode ser encontrado nas análises realizadas por Silva (1994), a partir dos dados da PNAD¹⁰ de 1989. No seu

¹⁰ PNAD = Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios.

estudo sobre trabalho agrícola nos anos 80, ele identificou que 20% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira são mulheres, cuja participação nas diversas categorias ocupacionais apresenta intensa variação regional. Embora o maior contingente de mão-de-obra feminina na agricultura situe-se na categoria “não-remunerados”, que atinge a cifra de 1,6 milhão, as mulheres trabalhadoras também são presença relevante entre os volantes, principalmente na região Sul e no estado de São Paulo, onde representavam, no período analisado, mais de um terço dos trabalhadores contratados por intermediários¹¹.

Observa-se, com isso, que a população feminina trabalhando na agricultura tende a se concentrar nas categorias mais precárias e sem vínculos formais de emprego, das quais a “não-remunerados”, como categoria onde está uma relevante porção da força de trabalho feminina, merecia ser analisada em profundidade e não apenas ser nomeada fortuitamente.

Com base nesses fatos, é possível compreender como ao princípio de mercado, soberano no período do capitalismo liberal do século XIX, agora reconduzido à mesma condição, não interessam as peculiaridades dos sujeitos produtores mas estes interessam como força de trabalho.

As Globalizações

Por entender a situação do nosso objeto de estudo numa relação conflituosa e ambígua, o conceito globalizações, ao invés do singular globalização, apresenta-se como o mais adequado para ser adotado na presente discussão, pelas razões exposta a seguir.

Antes de entrar na discussão objeto do presente texto, impõe-se uma melhor definição das condições objetivas nas quais ocorrem os processos geradores da situação dos agricultores¹², embora se saiba, de antemão, que compreender as relações que se estabelecem entre processos globais e locais só se torna possível a partir de uma reflexão sobre o que consiste a modernidade e sua crise, no seio da qual se situam esses novos processos.

¹¹ Dados compilados por Silva, José Graziano da. **Evolução do emprego rural na década de 80.**

¹² A ênfase aqui é colocada nos agricultores e não na agricultura.

Nessa perspectiva, uma base epistemológica inovadora é fornecida pelos pressupostos teóricos contidos na obra de Boaventura de Souza Santos, especialmente as questões assentadas na tensão dialética entre o Estado e a, até então assim designada, globalização.

Apesar de altamente generalizado, o processo de globalização é difícil de ser definido, tendo em vista que muitos conceitos centram-se no aspecto econômico, numa nova economia mundial emergente nas duas últimas décadas em consequência da “*intensificação dramática da transnacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros*” (Santos, 1997, p.107). Dito de outro modo, o mercado mundial se expande de tal modo que absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca (Berman, 1989).

Observa-se que nessas abordagens o mercado, ao constituir o âmbito institucional da modernidade, faz com que produção e consumos (necessidades humanas) tornem-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas. Essa é uma das faces da globalização. A outra face atinge os aspectos social, político e cultural, dentre outros. Por essa razão, o conceito plural desenvolvido por Santos (1997) atende mais satisfatoriamente às questões aqui postas.

De acordo com a concepção de Santos (1997), o que habitualmente é designado por globalização consiste, de fato, no “*conjuntos diferenciados de relações sociais*” (p.107) os quais, por sua vez, geram diferentes fenômenos de globalização, de modo que não existiria uma entidade única chamada globalização e sim “*globalizações*”. Nesta sua concepção plural o autor está privilegiando uma definição mais sensível às dimensões sociais, políticas e culturais, ou seja, como *feixes de relações sociais*, compreendendo, portanto, as globalizações como processos que envolvem conflitos e, conseqüentemente, vencedores e vencidos.

Textualmente, na sua definição,

“globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival.”

(Santos, 1977, p.108). Essa definição, por transcender às determinações econômicas, apresenta-se como a que melhor se aplica aos interesses analíticos deste estudo.

Nesses termos, sempre que os conceitos de **globalização** ou **globalizações** forem utilizados no presente texto, está sendo feita referência a um processo

que compreende feixes de relações sociais, envolve conflitos e, portanto, vencedores e vencidos. Aí, mais uma vez de acordo com os pressupostos de Santos, o discurso sobre globalização é compreendido como sendo, em seus próprios termos, “a história dos vencedores contada pelos próprios.” (Santos, 1977, p.108).

Esta definição implica que não haja uma globalização genuína, mas sim um determinado localismo cuja globalização foi bem-sucedida ou, numa segunda forma, um globalismo localizado que consistiria no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais que se desestruturariam e reestruturariam em função desses imperativos. Dentre os exemplos para esse fenômeno, citados pelo autor em questão, e que guardam maior afinidade com objeto da presente análise, destacam-se o desflorestamento e a destruição de recursos naturais, a etnicização do local de trabalho que consiste na desvalorização do salário devido aos trabalhadores pertencerem a um grupo étnico considerado “inferior” ou “menos exigente”, o mesmo aplicando-se para a feminização da força de trabalho; conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural”.

Nessa perspectiva, Santos (1994) visualiza a divisão internacional da produção da globalização com o seguinte padrão: “os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos é imposta a escolha de globalismos localizados” (p. 110). Isto é, transpondo o raciocínio para a realidade analisada, os agricultores pequenos proprietários, para se inserir no mercado competitivo, necessitam abrir mão de condições que lhes eram inerentes. No caso do projeto Onça, ora analisado, as áreas com cultivos alimentares foram reduzidas drasticamente para dar lugar às culturas de exportação, gerando, em consequência, altos níveis de carência alimentar. Outro efeito é a devastação da mata Atlântica, onde a comunidade está localizada, acarretando a destruição de nascentes, dentre outros prejuízos ambientais.

Uma outra importante transformação contida na globalização, de acordo com a perspectiva analítica de Santos (1997) e que também desponta como relevante para a presente discussão, é a **compressão tempo-espço**, que pode ser descrita, segundo esse autor, como um processo social através do qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo. Esse processo, fortemente vinculado às relações de poder, subordinado que está à classe capitalista transnacional, que o

utiliza a seu favor, é também uma ferramenta analítica relevante para a compreensão das relações entre processos sociais globais e locais.

Detentora de poder, a classe capitalista transnacional detém também a capacidade de controlar a velocidade com que determinados fenômenos são difundidos mundialmente. Por seu lado, as classes e grupos subordinados não controlam coisa alguma e permanecem prisioneiros do seu tempo-espaço local, a exemplo do grupo de agricultores analisados, conforme será demonstrado no item seguinte.

AGRICULTURA FAMILIAR E AS GLOBALIZAÇÕES

O crescimento da mão-de-obra familiar, na década de 80, tem sido considerado pelos estudiosos do assunto uma consequência da “minifundização” do setor agropecuário e da maior retenção da mão-de-obra familiar nas regiões de agricultura mais pobre, devido à redução de oportunidades de emprego nos setores urbanos. Todavia, na perspectiva analítica adotada no presente texto, os dados refletem não a minifundização mas retratam a precarização a que está submetido esse segmento produtivo, visto que a sua retenção no campo se dá num setor onde predomina o trabalho não remunerado, ou seja, no âmbito familiar.

Visto por esse prisma, ao invés de crescimento da mão-de-obra familiar, teria ocorrido, desemprego dos trabalhadores rurais.

Essas categorias mais precárias e sem vínculos formais de emprego, nas quais a população em foco se concentra, são na verdade o afloramento das contradições que estão na essência do capitalismo. De acordo com Santos (1994), estas seriam uma manifestação do esgotamento do paradigma da modernidade, cujo projeto preconizava um equilíbrio entre regulação e emancipação mas onde esta foi inteiramente devorada pela primeira.

Tendo em vista a trajetória desse paradigma não ser linear, o que o caracterizaria profundamente, de acordo com esse autor, seria “o processo histórico da progressiva absorção ou colapso da emancipação na regulação”, ou seja, as energias emancipatórias são perversamente convertidas em energias regulatórias.

Isto significa, na situação em apreço, que os novos processos, com sua proposta modernizante, que poderiam trazer para o trabalhador condições menos penosas para a execução de suas atividades, contrariamente, culminaram por excluí-lo. Veja-se, por exemplo, as tecnologias mecanico-intensivas e agroquímicas. Por um lado, desempregam mão-de-obra, por outro, são de difícil acesso pelos pequenos agricultores, devido a razões que variam de restrições de área a capital, dentre outras. Esse segmento vê-se então sem emprego e sem condições de desenvolver seus próprios sistemas produtivos, de forma competitiva.

Apesar de aparentemente clara e explicável por si, a situação do trabalho no campo quando analisada à luz da proposição paradigmática de Boaventura de Souza Santos passa a ser compreendida com novos contornos.

Ora, se o paradigma da ciência moderna fundou-se na distinção entre natureza e sociedade gerando uma desnaturalização do homem e uma desumanização da natureza, o fim prático da construção intelectual contemporânea foi a dominação da natureza, instrumentalizando-a e controlando-a. Essa concepção instrumentalista e unidimensional da natureza a reduz a simples matéria-prima sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento (Santos, 1989).

Nessa perspectiva, o projeto desenvolvimentista que se estendeu até o setor agropecuário dificilmente teria conseqüências diferentes. Para melhor compreender o seu significado, vale a pena transcrever uma passagem de Santos que analisa esse processo do ponto de vista sociológico.

“É verdade que a desumanização da natureza e a conseqüente desnaturalização do homem criam as condições para que este possa exercer sobre a natureza um poder arbitrário, **ética e politicamente neutro**¹³. Mas não é menos verdade que esse homem desnaturalizado não é um homem qualquer, uma entidade abstrata, ainda que seja assim que a filosofia política emergente o conceba. Em termos sociológicos, esse homem é a burguesia, a classe revolucionária, que transporta em si o espírito do capitalismo e que vai utilizar a relação de exploração da natureza para produzir um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história da humanidade. Daí que a relação de exploração da natureza seja a outra face da relação de exploração do homem pelo homem” (Santos, 1989, p. 66).

¹³ Grifo nosso.

Tem-se, portanto, no plano sociológico, uma concepção moderna de natureza que consiste num expediente de mediação de relações sociais, um expediente oculto que, segundo o autor em epígrafe, usa a natureza para ocultar a natureza das relações sociais.

Não é outra coisa que se vê no processo de modernização da agricultura: a natureza sendo submetida a um processo de transformação tecnológica de tais proporções que o que nela há de natural é reduzido à condição de problema a ser resolvido ou de apêndice a ser negligenciado e, em qualquer caso, afirma Santos, a uma entidade de existência precária (Santos, 1989).

Na situação brasileira, a agricultura familiar em áreas marginais vive essa situação de forma potencializada, ou seja, o que tem caracterizado o trabalho dos pequenos agricultores no setor agropecuário brasileiro é a precariedade.

Neste ponto torna-se pertinente correlacionar o trabalho desses agricultores e globalizações dando uma ênfase particular ao fenômeno da compressão tempo-espaço. Esse fenômeno oferece uma importante contribuição para o entendimento da situação dos agricultores do Projeto Onça visto ser ele uma das transformações mais frequentes associadas à globalização, ou seja, o processo pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo. Uma característica importante desse processo é que ele combina situações e condições altamente diferenciadas. Se, por um lado, existe a classe capitalista transnacional que efetivamente controla a compressão tempo-espaço, transformando-a em seu favor, por outro existem aqueles que contribuem fortemente para a globalização mas, não obstante, permanecem prisioneiros do seu tempo-espaço local. Nesta categoria situam-se os agricultores em estudo com seus cultivos de especiarias (guaraná, cravo-da-índia e pimenta-do-reino), voltados essencialmente para exportação.

Esses agricultores, através dos seus produtos produzidos artesanalmente, de forma orgânica, contribuem para uma cultura globalizada, que é o consumo de alimentos naturais, livres de agrotóxicos e obtidos em condições “preservadoras da natureza”, de acordo com a nova ordem amplamente difundida na Europa e em expansão para o resto do mundo.

Essa mudança de percepção, contudo, não colide com a concepção da natureza como mediadora de relações sociais conflitantes. Observe-se que, num dado momento da sua história, os agricultores em questão tratavam a

natureza de um modo e, a partir da introjeção de novos padrões de relação com o ambiente (trazidos de fora do grupo), mudaram de procedimento. No entanto, a sua colocação nas relações sociais de produção ainda continua subordinada. A sua trajetória, apesar dos projetos diferenciados não os conduziu à emancipação. Ou seja, a natureza, encarada de uma nova perspectiva, permaneceu sendo utilizada como instrumento de ocultação das relações sociais.

Vale ressaltar que o grupo de agricultores em questão não foi objeto de quaisquer políticas públicas durante o período áureo da modernização conservadora, tampouco recebeu qualquer tipo de assistência técnica pública ou privada, no entanto encontra-se hoje inserido no mercado, exportando diretamente para a Alemanha os frutos da sua agricultura orgânica e artesanal.

O que faz esse grupo se adequar à categoria descrita por Santos daqueles que contribuem para a globalização mas permanecem presos no seu tempo-espaço local está, em parte, respondida no próprio autodiagnóstico realizado pelo grupo quando cruzado com a sua situação de exportadores. Apesar de se relacionarem diretamente com a Europa, exportando com poucas intermediações, esse grupo de agricultores convive com condições extremamente precárias de qualidade de vida, destacando-se os altos índices de analfabetismo entre crianças e adultos (Tabelas 1 e 2) e as precárias condições de saúde e de nutrição, particularmente das crianças, cujo índice de desnutrição (de acordo com o indexador BMI - *Body Mass Index*: peso: altura²) atinge 86,5% dos alunos que freqüentam a escola local (Projeto Onça, 1996).

Enfim, esse grupo de pessoas contribui para uma cultura global de busca quase que obsessiva de saúde e longevidade (da qual os produtos naturais fazem parte do arsenal) enquanto que elas próprias estão confinadas em sua localidade, da qual muitos nunca saíram, submetidos a uma qualidade de vida limítrofe.

CONCLUSÕES

Embora tentou-se compreendê-la à luz de novos paradigmas, a situação ora descrita, historicamente, já foi objeto de análise da teoria crítica, tendo o próprio Karl Marx a compreendido como sendo parte das estratégias do capitalismo.

Nesse sentido é possível, também, retomar a linha de pensamento de Boaventura de Souza Santos, visto que esse autor nas suas reflexões não descarta alguns dos pressupostos marxianos, principalmente no que diz respeito à contingência histórica de constituição de sujeitos sociais emancipatórios, o que só ocorre no interior de relações sociais antagônicas.

Nessa perspectiva, as globalizações não seriam um território de inclusão nem tampouco de emancipação dos sujeitos, mas o espaço dos antagonismos onde estes buscarão construir sua identidade emancipatória e esta, fica claro, não depende apenas de sua inserção no mercado, visto estarem excluídos dos benefícios sociais, dos diversos níveis de decisão, ou seja, da própria cidadania.

Visto desse modo, e retomando o parâmetro técnico mencionado no início da discussão, a inclusão de espécies frutíferas tropicais visando à diversificação do sistema produtivo local, no caso a agricultura nova, não representará nenhum avanço na construção emancipatória dos sujeitos em foco, caso se limite à perspectiva meramente econômica, relegando a questão ambiental (crucial para o grupo) e a construção de relações sociais mais igualitárias, particularmente as que dizem respeito a gênero e classe social, enfim, não atentando para o princípio básico necessário para a construção de uma nova sociedade que é a equidade.

O que a tecnologia tem a ver com isso? Tudo, pois as intervenções tecnológicas funcionam como um dos instrumentos para a implementação de políticas sociais, de maior ou menor alcance, e, como estão destituídas de neutralidade, carregam em si características transformadoras ou conservadoras.

Por isso, desenvolver mecanismos notadamente tecnológicos para inserção dos agricultores familiares de pequena escala nos mercados globalizados não é suficiente para transformá-los em beneficiários dos aspectos mais positivos das globalizações. Recoloca-se, então, a questão posta pelo título de trabalho, fruticultura familiar e globalização podem se constituir numa relação sustentável? Dada a complexidade de questão, torna-se difícil uma resposta conclusiva, mas pode-se indicar uma tendência.

Ao serem observados a precariedade a que estão submetidos os sujeitos analisados, o desequilíbrio das relações sociais e a falta de equidade, pode-se adiantar que, pelo menos enquanto assim permanecerem, as relações entre agricultores familiares, produtores em pequena escala, e mercados especializados no contexto das globalizações são extremamente frágeis e mantenedoras da subordinação desse segmento social.

Tabela 1- Taxa da analfabetismo acima de cinco anos no município de Taperoá (BA).

	1950			1980			1991		
	Total	Analfabeto	(%)	Total	Analfabeto	(%)	Total	Analfabeto	(%)
1 a 5 anos	1.600	-	-	2.300	-	-	2.400	-	-
> 5 anos	7.994	6.315	79,0	9.888	5.933	60,0	14.693	5.233	64,6
Urbano	2.520	1.164	47,2	3.906	992	25,4	6.382	2.336	36,6
Rural	5.474	5.211	95,2	5.982	4.935	82,5	8.311	6.890	82,9

Fonte: Projeto Onça, 1996.

Tabela 2 - Índice de analfabetismo por faixa etária em diferentes regiões do Brasil.

Faixa etária	Nordeste (%)	Sul (%)	Taperoá		
			Total (%)	Urbano (%)	Rural (%)
15 a 19	11,0	3,7	42,5	27,3	72,7
20 a 24	9,3	4,9	48,2	30,0	70,0
25 a 29	8,1	5,3	48,6	29,0	71,0
30 a 39	16,2	15,2	57,0	31,2	68,8
40 a 49	17,7	17,5	77,3	28,4	71,6
50 a 59	37,7	53,4	70,0	25,0	76,0

Fonte: Projeto Onça, 1996 (a partir de dados do Censo de 1991/ IBGE).

REFERÊNCIAS

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.
- PROJETO ONÇA (Organização Núcleo de Comunidades Agrícolas no Trópico Úmido). **Projeto de desenvolvimento rural na mata Atlântica no distrito de Taperoá (BA), Brasil**. Taperoá: Projeto Onça, 1996. 26p.
- SANTOS, B. de S. **Introdução à uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.
- SANTOS, B. de S. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Ed. Afrontamento, 1994. p. 203-239.
- SANTOS, B. de S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n.39, p.105-124, 1977.
- SILVA, J.G. da. Evolução do emprego rural na década de 80. In: OLIVEIRA, C.A. de (Org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994. p. 619-640.